



## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT

### REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. Gerlen Diniz)

*Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a distribuição dos recursos de concessões ferroviárias proporcionais à sua malha.*

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, inc. III, e dos arts. 255 e 256, do RICD, a realização de reunião de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a distribuição dos recursos de concessões ferroviárias proporcionais à sua malha.

Na oportunidade, sugerimos que sejam convidados:

- **Leonardo Cesar Ribeiro** – Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, do Ministério dos Transportes;
- **Alessandro Baumgartner** – Superintendente de Transporte Ferroviário – SUFER, da Agência Nacional de Transporte Ferroviário (ANTT);
- **Bruno Martinello Lima** – Auditor-Chefe da Unidade de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU);



\* C D 2 4 9 7 3 9 1 0 8 9 0 0 \*



- **Pedro Bruno Barros de Souza** – Secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais;
- **Fernando de Almeida Martins** – Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Regional da República da 6ª Região; e,
- **André Tenuta** – Presidente da ONG Trem.

## JUSTIFICAÇÃO

O requerimento em apreço objetiva a realização de Audiência Pública Conjunta nas Comissões de Viação e Transportes e Minas e Energia da Câmara dos Deputados para debatermos a distribuição dos recursos de concessões ferroviárias proporcionais à sua malha, sobretudo, no estado de Minas Gerais.

**Minas Gerais possui uma extensa malha ferroviária - quase 5 (cinco) mil quilômetros, essencial para o transporte de minérios e outros bens.** 180 (cento e oitenta) municípios mineiros são cortados por ferrovias e 90% (noventa) dos municípios mineiros estão a até 100 (cem) quilômetros de uma linha férrea. No entanto, a manutenção dessa infraestrutura e os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da operação ferroviária representam desafios significativos para o estado.

No tocante à temática da Audiência Pública, é importante ressaltar que, para a renovação de algumas concessões ferroviárias em Minas Gerais, o estado se propôs a fazê-lo de forma antecipada (duas concessões venceriam em 2026/2027 e já foram renovadas). Contudo, em contrapartida, foram estabelecidas obrigações para que estas invistam em obras de infraestrutura de transporte ferroviário e rodoviário. Além disso, também devem ser direcionados recursos para a mobilidade urbana de 51 (cinquenta e uma) cidades pelas quais os trilhos de determinadas empresas atravessam em áreas urbanas e interferem na circulação de pedestres, carros e ônibus.



\* C D 2 4 9 7 3 9 1 0 8 9 0 0 \*



É o caso das linhas férreas da *MRS Logística S.A.*, com 1.643 quilômetros de extensão. A concessão da malha tinha término previsto para 2026, mas a renovação foi antecipada e o contrato prevê mais 30 anos de concessão. **Quase 50% das ferrovias operadas pela MSR encontram-se em Minas Gerais. No entanto, São Paulo, estado com apenas 25% da malha, é quem vai receber a maior parte - pasmem (81,5%) dos investimentos.**

Sem dúvidas, há a necessidade de uma atualização do Plano Estratégico Ferroviário do estado para que a cobrança proporcional dos recursos de concessões ferroviárias seja devidamente cumprida, como uma tentativa de reduzir esse desequilíbrio e garantir que os benefícios da exploração ferroviária sejam compartilhados de maneira mais equitativa.

Por fim, ressalta-se que a utilização desses recursos poderia ser utilizada, inclusive, em rodovias e em terminais intermodais, como **portos secos**, para potencializar ainda mais a logística de escoamento da produção do país. Daí a motivação, nobres Pares, do nosso pedido de Audiência Pública.

Sala das Comissões em 14 de agosto de 2024.

**GERLEN DINIZ**  
Deputado Federal – PP/AC



\* C D 2 4 9 7 3 9 1 0 8 9 0 0 \*